

## O concurso da AGC: origens e circunstâncias coloniais

A compreensão do que foram e do que historicamente representaram as edições do Concurso de Literatura Colonial da hoje extinta Agência Geral das Colônias (AGC) passa pelo entendimento do papel social exercido pelos intelectuais que participaram dessas disputas, especialmente entre os anos de 1926 e 1951. Durante esse período de 25 anos, que vai do lançamento da premiação à revogação do Ato Colonial, os regulamentos dos concursos deram conta da necessidade explícita de se premiar obras que funcionassem como propaganda do regime colonialista do Estado Novo português. Esses produtos culturais de então foram úteis como subsídio para o financiamento e sustento do governo metropolitano, à época sediado em Lisboa. Foi com a ajuda deles, e da propaganda que fizeram do governo central, que as engrenagens político-econômicas instaladas em territórios além-mar como Angola, Moçambique, Macau, Timor ou Cabo Verde continuaram a girar, prolongando a situação colonial.

Entre esses autores contemplados com os prêmios da AGC, figuravam administradores coloniais, militares, jornalistas e educadores. A escolha de seus romances, contos, biografias, etnografias e monografias pelos júris constituídos reforçavam a chamada *Política do Espírito* do Estado Novo português, já que os escritores premiados partilhavam dos valores salazaristas<sup>1</sup>. De uma maneira abrangente, pode-se dizer que as escolhas das comissões julgadoras dos concursos da AGC, ao longo desses anos, alimentavam e se alimentavam do nível de popularidade dos autores vencedores, que não só eram portugueses com poder de interven-

---

<sup>1</sup> A constituição e disseminação dos ideais da *Política do Espírito* foram coordenadas pelo jornalista António Ferro, que primeiro foi presidente do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e, depois, ministro da Informação e Cultura Popular do gabinete do presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar. A proposta foi produzir, em Portugal, um pensamento único e totalizante que fosse introjetado no meio social e por ele absorvido, acentuando aspectos como nacionalismo, honra e pobreza, negligenciando problemas como, para citar apenas um exemplo, os altos índices de analfabetismo dos camponeses portugueses.

ção social, que se dirigiam ao grande público, por exemplo, através de frequentes artigos publicados em jornais de diferentes épocas, como eram profissionais já famosos em seus diferentes campos de atuação, tanto na metrópole quanto nas colônias. Da mesma forma, o público que comprava e lia as obras premiadas, depois de lançadas e, frequentemente, relançadas pelo mercado editorial português da primeira metade do século XX, era constituído por cidadãos inseridos nesse contexto colonial.

O objetivo deste primeiro capítulo é explicar quem foram alguns dos autores coloniais premiados pela AGC e fazer uma correlação entre suas trajetórias e textos que eles próprios escreveram em jornais e livros didáticos ou/acadêmicos. Também serão feitas comparações com o que esses periódicos publicaram a respeito desses escritores em alguns editoriais. O que se deseja demonstrar é que o Estado Novo português produziu, pela via dos concursos da AGC, ligações entre mercados editoriais e leitores em diferentes épocas, impulsionando vendas e se aproveitando das possibilidades que um tipo bastante específico de literatura, a colonial, oferecia para a realimentação da força de um modelo de exploração econômica e, por consequência, da legitimação do poder de Portugal sobre seus territórios conquistados.

Essa tática eximia o Estado Novo e as editoras que publicavam as obras da necessidade de obter respaldo crítico junto aos meios de comunicação da época, marcadamente através de resenhas e debates públicos nos jornais da metrópole e das colônias, muito embora a censura oficial os rondasse e permanentemente desferisse golpes. Muitas casas editoriais portuguesas, no entanto, serviam-se da divulgação anual desses resultados para estampar o aval dos concursos oficiais em suas peças de publicidade, e mesmo na produção gráfica dos livros.

Os concursos da AGC surgem, de forma indireta, ainda como desdobramento da resposta do Estado português à Conferência de Berlim, realizada nos anos de 1884 e 1885<sup>2</sup>. A partir dela, e mais especificamente do que ficou resolvido no arti-

---

<sup>2</sup> Até 1879, o interesse dos países europeus na África se resumira ao domínio de poucas regiões costeiras do continente, principalmente no Norte e Nordeste (junto ao Mediterrâneo e ao Mar Vermelho), na região do Golfo de Benin, no Sul e no Leste. O Rei Leopoldo II, da Bélgica, foi o primeiro a querer formar um império que fosse além de suas fronteiras. Para tanto, enviou as primeiras expedições à região onde hoje se situa o Congo, entre 1878 e 1879. Sua intenção de criar uma área de livre comércio despertou o interesse de outras nações europeias pela conquista de territórios, matéria-prima e mercados consumidores. A disputa tomou tal proporção que forçou a realiza-

go 35º do acordo assinado por potências europeias como Bélgica, França, Alemanha e Inglaterra, as possessões em territórios africanos só passariam a ser reconhecidas pela comunidade internacional se estivessem efetivamente povoadas por aqueles que reclamavam seus domínios<sup>3</sup>.

Enfraquecido política e economicamente pelas nefastas consequências do *ultimatum* inglês de 1890<sup>4</sup>, pelo qual o Reino Unido reivindicara a posse da porção geográfica que ligava as províncias africanas de Angola e Moçambique, liquidando o chamado mapa cor-de-rosa, o governo português passou a incentivar a migração de cidadãos do Portugal continental e insular para as colônias, com a intenção de aumentar os índices demográficos das áreas que ainda lhe cabiam, preservando-as da cobiça dos outros países europeus.

Foi a partir do estabelecimento da República Portuguesa, em 5 de outubro de 1910, que essa política colonial se acentuou. Já em 1911 foi criado o Ministério das Colônias, pasta antes incorporada ao Ministério da Marinha. A seguir, vieram a aprovação da legislação reguladora da administração civil dos territórios africanos, a lei orgânica de 1914 e as cartas orgânicas de 1917, seguida do aparecimen-

---

ção da Conferência de Berlim, na qual foi feita a partilha da África, entre 1884 e 1885. Oliver e Fage assim descrevem o momento político (a tradução do inglês é minha): “O primeiro a assegurar reconhecimento internacional de um grande império africano foi o Rei Leopoldo. Em 1884, depois que mercadores britânicos se opuseram à intenção de seu governo de reconhecer o domínio português na região do Baixo Congo, Portugal mudou de tática e pediu apoio à França e à Alemanha. A França, vendo uma chance de constranger a Grã-Bretanha, concordou com a sugestão de Bismarck de resolver a questão numa conferência internacional em Berlim. Antes mesmo que ela ocorresse, a França (...) se uniu à Alemanha e aos Estados Unidos para garantir reconhecimento do “Estado Livre do Congo”. Quando a conferência começou, em dezembro de 1884, as outras potências não tiveram opção senão seguir seus termos”. (OLIVER; FAGE, 1964, p.184)

<sup>3</sup> PINTO, Alberto Oliveira. “O concurso de literatura colonial da Agência Geral das Colônias (1926-1951); Colonialismo e propaganda”. In: *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. p.194. As próximas referências ao texto virão entre parênteses.

<sup>4</sup> René Pelissier assim define o Ultimatum britânico, que é um desdobramento da Conferência de Berlim: “Em 1888-1889 é a corrida para a meta que se inicia entre Cecil Rhodes e Portugal, que tem igualmente os missionários da Niassalândia na linha de mira. O primeiro quer aquilo que se transformará nas Rodésias (ou em mais ainda), o segundo escora-se no seu projecto de junção territorial entre Angola e Moçambique e os terceiros entendem não cair na alçada dos “papistas”. Em um ano, os Portugueses irão perder seu avanço na África central por diversas razões, entre as quais uma é a guerra de 1888 contra o Massangano e outra a lentidão de três expedições de vassalização que Lisboa envia naquela época para o interior de Moçambique. (...) Em poucas palavras: ou Lisboa chama os seus homens e renuncia a engolir a Niassalândia e a Machonalândia (o Leste da futura Rodésia) ou dá-se a ruptura com o risco de uma guerra real. O perigo é demasiado grande para um país fraco, que vestiu o hábito do conquistador tarde de mais. É sobretudo uma humilhação nacional do que tudo o que Kongo, Cassange e Bonga e outros poderes africanos lhe infligiram até então, pois atinge os Portugueses em pleno coração, e Deus sabe como eles o têm sensível.” (PÉLISSIER, 2006, pp. 166-167)

to, em 1921, do cargo de Alto Comissário da República, que pressupunha independência administrativa em relação ao governo metropolitano e a autonomia financeira dos territórios geridos (p.192). Através do diploma legislativo 43, datado de 30 de setembro de 1924, criou-se a Agência Geral das Colônias, confiada, primeiramente, ao engenheiro agrônomo António Zuzarte Cortesão (irmão do eminente historiador Jaime Cortesão).

O novo órgão governamental tinha, como atribuição, assegurar a ligação entre a metrópole e seus territórios ultramarinos, e dividia-se em quatro departamentos: Informação, Procuradoria, Propaganda e Contabilidade. À seção de Propaganda cabia, especificamente, a função de imprimir publicações que divulgassem dados relacionados às colônias. Em julho de 1925 surge, assim, o *Boletim da Agência Geral das Colônias*, que visava diretamente à propaganda do ultramar português e de todos os problemas a ele relacionados. Segundo Silva Rego, autor também capitão das Forças Armadas portuguesas e professor na Escola Superior Colonial, “pode afirmar-se que cumpriu a sua missão, desde o primeiro número. (...) Naquela ânsia de *mais e melhor*, surgiu a ideia do *concurso de literatura colonial*, a fim de estender ao livro aquilo que, por intermédio da revista, se estava a fazer”<sup>5</sup>.

E assim apareceu mais um prêmio literário em Portugal. Muito embora o preâmbulo, atrás citado, se referisse, de modo especial, a *romance, novela, narrativa, relato de aventuras*, etc., o articulado da portaria não exclui outro qualquer gênero literário. É curioso salientar que os fundos destinados aos prêmios literários vinham não do Estado, mas sim de fontes particulares. Textualmente, afirmava-se: “Considerando que se tem encontrado de várias entidades com interesses mais ou menos ligados às colônias uma manifesta boa vontade em auxiliar pecuniariamente esta ideia...”<sup>6</sup>

O decreto 21.988, de 15 de dezembro de 1932, no entanto, imprimiu uma nova orientação aos concursos de literatura colonial da AGC. Como o interesse das empresas particulares diminuiu, o Estado português passou a garantir a premiação. A partir de 1933, os concursos começam a ter três categorias, com dois vencedores em cada uma delas. Se, entre 1926 e 1931, os primeiros e segundos lugares receberam, respectivamente, 5.000\$00 e 2.500\$00, a partir de 1933, cada ven-

<sup>5</sup> REGO, A. da Silva. “A Agência-Geral do Ultramar e os Concursos de Literatura Ultramarina”. In: *Estudos ultramarinos – Literatura e arte*, p.196.

<sup>6</sup> *Id. Ibid.*

cedor e vice-colocado de cada categoria passou a receber, também respectivamente, 7.000\$00 e 3.500\$00.

Francisco Noa reitera, do ponto de vista analítico, “motivações de ordem político-ideológica, quer na atribuição, ou não, dos prêmios, quer simplesmente na recusa de uma obra a concurso”<sup>7</sup>. Para justificar o veto, alegava-se baixa qualidade literária ou a falta de adequação aos objetivos do concurso. Esse caráter impositivo, aliás, é para Noa uma razão “para que o concurso, de esforço certificador, tenha acabado, ironicamente, por se impor como caudilho de descrédito, pelo menos em termos estritamente literários”<sup>8</sup> – assertiva da qual, aliás, aqui se discordará.

Descrédito não é uma palavra muito adequada para se descrever o impacto que os concursos de literatura colonial da Agência Geral das Colônias produziam na sociedade portuguesa. Os mecanismos de reforço da mentalidade colonial usados pela AGC eram mais subliminares do que se imagina, e nem por isso menos eficazes. Os autores premiados com largas somas de dinheiro pela entidade colonial podiam não estar presentes nas páginas literárias, mas eram frequentemente citados em colunas sociais e era comum encontrá-los também assinando artigos, crônicas e mesmo breves narrativas de ficção (com temas que, inclusive, abordavam diretamente a colonização) nesses mesmos periódicos, às vezes em suplementos especiais de aniversário ou de fim de ano. Um mapeamento feito em jornais de época arquivados pela Hemeroteca de Lisboa evidencia que a AGC tratava seu concurso, notoriamente, como instrumento de propaganda, já que o tema colonização era absolutamente corriqueiro, para não dizer indispensável, à sociedade da época.

No ano de 1935, por exemplo, o jornal *A Província de Angola* anunciou a abertura<sup>9</sup> e o encerramento<sup>10</sup> das inscrições para a 9ª edição do concurso de literatura colonial, além de também divulgar o resultado<sup>11</sup> e mesmo as atas das votações

<sup>7</sup> NOA, Francisco. *Império, Mito e miopia*. p.389.

<sup>8</sup> *Id. Ibid.*, p.389.

<sup>9</sup> IV Concurso de literatura colonial. *A Província de Angola*. Luanda. 09 jan.1935. p.3

<sup>10</sup> IX Concurso de literatura colonial. *A Província de Angola*. Luanda. 27 mai.1935. p.2.

<sup>11</sup> Concurso de literatura colonial. *A Província de Angola*. Luanda. 06 set.1935. p.3.

do júri daquele ano<sup>12</sup>, ocupando, para tanto, o espaço de seguidas edições. A propaganda do Império Português era tratada de maneira aberta, como podemos ler na íntegra da divulgação da abertura das inscrições, em *A Província de Angola*, no ano de 1935:

Desde 1º do corrente mês a 30 de Abril deste ano, está aberto na Agência Geral das Colónias, o IV Concurso de Literatura Colonial, visando a propaganda do Império Português, progresso de cultura colonial e desenvolvimento dos interesses públicos que digam respeito às Colónias. Foram estabelecidas três categorias para este concurso:

- 1ª) romance, novela, conto, narrativa relato de aventuras ou obras de natureza semelhante;
- 2ª) história, viagens, biografia e etnografia;
- 3ª) monografias coloniais, de preferência referentes às colónias de Angola, Moçambique ou Índia.

As obras devem ser impressas, formato igual ou superior a 1/8, com número de páginas superior a 200, dos quais serão entregues 10 exemplares.

Excepcionalmente serão admitidos trabalhos dactilografados, de que se juntarão 5 exemplares encadernados.

As obras premiadas em cada uma das categorias, são atribuídos um 1º prémio de Esc. 7.000\$00 e um segundo de Esc. 3.500,00, havendo, este ano, para a primeira categoria, mais um 3º prémio de 988\$23.<sup>13</sup>

Para se ter uma ideia do que representavam esses valores, um exemplar de *O negro sem alma*, obra que Fausto Duarte lançou também no primeiro semestre de 1935, depois de premiado no concurso da AGC com *Auá*, custava 10\$00 em Lisboa. Com o primeiro prêmio do concurso anunciado para aquele ano, o ganhador poderia comprar, se quisesse, 700 exemplares do livro publicado por seu colega. Especulando que o preço médio de um livro, no Brasil, fique em torno de R\$ 40, poderíamos estipular o valor do prêmio da AGC, hoje, como algo em torno de R\$ 28 mil (considerando-se a problemática de não se poder levar em conta variáveis geográficas, temporais e econômicas neste cálculo para obter uma comparação exata). Porém, a título de comparação, nota-se que o valor oferecido em 2009

<sup>12</sup> IX Concurso de literatura colonial. *A Província de Angola*. Luanda. 31 jul.1935. p.1-2; IX Concurso de literatura colonial. *A Província de Angola*. 01 ago.1935. p.2; IX Concurso de literatura colonial. *A Província de Angola*. 03 ago.1935. p.2.

<sup>13</sup> IV Concurso, 1935, p.3.

pelo Prêmio Esso de Jornalismo, o mais prestigiado do Brasil, é de R\$ 30 mil<sup>14</sup>, o que resulta em valores parecidos.

Se considerado o valor dos títulos dos livros como estratégia de difusão e de sedução do leitor, o escolhido para uma das obras de Fausto Duarte, *O negro sem alma*, é inequívoco para atestar como o público que consumia esta literatura se encontrava perfeitamente integrado numa organização social que contemplava o funcionamento da engrenagem colonial, entendendo-a, sobretudo, como positiva e necessária. Julião Quintinha, outro autor premiado pela Agência Geral das Colônias, num artigo publicado também em *A Província de Angola*, em 15 de agosto de 1944<sup>15</sup>, em edição comemorativa tanto ao aniversário da restauração de Angola (1648) quanto ao de fundação próprio periódico, não parece crer que o fim da Segunda Guerra Mundial traga alguma alteração significativa para colonialismo. Ele sequer parece cogitar o fim desse modelo econômico ao escrever que

É perfeitamente natural que tal suceda, por variadas razões, entre as quais dominam as seguintes: a necessidade de revê e arrumar, definitivamente, os antigos mandatos coloniais, que estão em regime provisório, desde a guerra de 1914; a conveniência de fixar o destino das antigas colônias italianas e de outras possessões coloniais no Oriente; a influência que poderá ter no mundo colonial qualquer modificação da política imperial inglesa, no que respeita a maior ou completa autonomia aos seus Domínios e a sensíveis alterações nos regimes administrativos das suas colônias, e o estudo de soluções que resolvam o velho problema da aquisição de matérias-primas coloniais para todos os países, e que harmonizem os diversos interesses do comércio europeu e americano que tenderá a canalizar suas exportações, em larga escala, para os mercados coloniais.<sup>16</sup>

Uma outra personalidade importante nesse contexto, cuja biografia também ajuda a compreender os moldes da colonização portuguesa, é o general Norton de Matos. Militar, começou sua carreira como oficial de arma da cavalaria em 1898, sendo governador-geral de Angola entre 1912 e 1915, e depois assumindo o Ministério das Colônias para, em seguida, comandar o da Guerra. Foi, ainda, Alto Comissário da República, novamente em Angola, e, depois, embaixador em Londres. Colonialista eminente, era frequente colaborador de jornais, tanto de Lisboa quanto de Angola. A atuação de Matos no que se refere à instituição da imprensa

<sup>14</sup> Disponível em [www.premioesso.com.br](http://www.premioesso.com.br). Acesso em 07 dez. 2009.

<sup>15</sup> QUINTINHA, *Oiro africano*, p.24-25.

<sup>16</sup> *Id. Ibid.*, pp. 24-25.

em Angola é, por sinal, referida por autores como Carlos Ervedosa<sup>17</sup> e Salvato Trigo<sup>18</sup> como um dos feitos que colaboraram para o surgimento e desenvolvimento das literaturas colonial e, posteriormente, angolana.

Curiosamente (para nós, contemporâneos do século XXI), constatamos que, ao se candidatar às eleições de 1948 para presidente da República Portuguesa, Matos fez de sua atuação colonial uma plataforma política<sup>19</sup>, embora exigisse, no âmbito da metrópole, a garantia das liberdades individuais e o retorno da democracia, em oposição ao *status quo* representado por seu adversário, o general Óscar Carmona (ambos não chegaram a se enfrentar nas urnas, uma vez que Matos desistiu da candidatura na véspera, tendo Carmona sido reeleito).

A leitura de documentos de época permite afirmar que o mecanismo de atuação da AGC era o de atrair personalidades notórias da sociedade portuguesa, que intervinham na esfera pública como jornalistas, historiadores, administradores coloniais ou educadores, cujo pensamento era consoante ao do Estado Novo, para escreverem livros que, sem dúvida, retratariam o colonialismo sob o prisma desejado pelo governo. Essa garantia se dava com o passo seguinte, que era o de reunir um júri para selecionar as obras que mais estivessem alinhadas com o regime político e econômico. Pouco importaria a falta de atenção que a imprensa lhes desse, já que a publicidade editorial aproveitava o resultado das eleições, ano a ano, para promover as obras. Uma prova desse sucesso – e das vendas significativas – é a 12ª edição, em 1950 (portanto, seis anos após o recebimento do prêmio), de *Na pista do marfim e da morte – Reportagens africanas por Ferreira da Costa*.<sup>20</sup>

Nomes de autores premiados pelo concurso organizado pelo Estado português, como Gastão de Sousa Dias, Julião Quintinha, Fausto Duarte, José Ferreira Martins, Ferreira da Costa, Ralph Delgado e Luiz Teixeira, além dos de Henrique Galvão e Castro Soromenho (antes de adotarem uma postura crítica em relação à viabilidade da colonização portuguesa), também eram frequentemente encontra-

<sup>17</sup> ERVEDOSA, Carlos. *Roteiro da literatura angolana*. p.63.

<sup>18</sup> TRIGO, Salvato. *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa*. p.85.

<sup>19</sup> MATOS, Norton de. Disponível em [www.arqnet.pt/portal/discursos/julho05.html](http://www.arqnet.pt/portal/discursos/julho05.html). Acesso em 29 jun. 2009.

<sup>20</sup> COSTA, Ferreira da. *Na pista do marfim e da morte: Reportagens africanas vividas e escritas por Ferreira da Costa*.

dos em jornais e revistas, subscrevendo artigos de opinião, muitas vezes a favor do modelo sócio-econômico vigente. Essa afirmação é feita com base em pesquisa realizada entre materiais arquivados na Hemeroteca de Lisboa.

Um dos exemplos ilustrativos é o de Brito Camacho, médico militar, jornalista político e deputado entre 1910 e 1926, que também foi ministro do Fomento no Governo Provisório da República e alto comissário da República, em Moçambique. Ele foi vencedor do primeiro concurso promovido pela AGC, em 1926, com a obra *Pretos e brancos*. Camacho inicia seu artigo “A preguiça indígena”, publicado primeiramente em seu livro *Moçambique – problemas coloniais* (1926) e, depois, na *Antologia Colonial Portuguesa*, de 1946, da seguinte maneira:

Esta afirmação genérica – o negro é preguiçoso, o negro é ruim trabalhador, – entende-se particularmente com o aborígene das regiões tropicais. Ainda não se fez uma classificação de raças com base na preguiça; mas assentou-se de há muito em que a preguiça é nos brancos uma qualidade do indivíduo, e nos pretos é um predicado da raça. Dos Ingleses me dizia Batalha Reis, um dia, encarecendo a resistência de suas goelas à acção das bebidas fortes e dos condimentos ásperos – é uma gente antropológicamente constipada.

Pode-se afirmar dos pretos que é uma gente antropológicamente preguiçosa? <sup>21</sup>

É o mesmo Brito Camacho que, no dia 1º de novembro de 1934, ganha destaque na primeira página do *Diário de Lisboa*<sup>22</sup>, sendo assunto de um editorial cuja mancha gráfica ocupava a diagramação de alto a baixo da página, sob o título “Camacho”. Motivado pelo lançamento de sua obra póstuma *Contos selvagens*, o periódico dirigido por Joaquim Manso assim justificava a importância de seus escritos:

A sua obra de escritor – variada, ligeira e picante, às vezes, mas sempre sincera e alenjana – enriqueceu-se com as cousas que viu, ouviu e descobriu em Moçambique, donde trouxe uma bagagem de “memórias” que o seu estro foi tecendo laboriosamente no tear das inspiradas vigílias.

Brito Camacho foi jornalista, político, conferencista, orador, viajante, lavrador, conversador e homem de letras, podendo-se dizer dele o que alguém afirmou de Clemenceau:

– Uma actividade formidável ao serviço duma dispersão de assuntos e motivos pitorescos.

Como julgará a posteridade a escritura sua da bagagem?<sup>23</sup>

<sup>21</sup> CAMACHO, Brito. “A preguiça indígena”. In: *Antologia colonial portuguesa*, p.191.

<sup>22</sup> CAMACHO, *Diário de Lisboa*, p.1.

Já na edição do dia seguinte do *Diário de Lisboa*, à página 4, a Livraria Editora Guimarães publicava um anúncio ocupando duas das quatro colunas da diagramação do jornal, anunciando justamente *Contos selvagens*, acompanhado do texto publicitário abaixo reproduzido:

Quadros intensíssimos, empolgantes, dando o mistério, a volúpia, a tragédia e heroísmo da vida africana. Este volume compõe-se de três contos que são três fortes trabalhos escritos na linguagem vibrante e pitoresca que o ilustre escritor usava com simplicidade e maestria.<sup>24</sup>

Julgo, assim, ser esse um exemplo de como os esforços coloniais de certos intelectuais portugueses dessas diferentes épocas (logicamente, com suas variantes temporais, porém igualmente representativas) se entrelaçavam com as atividades acadêmicas e jornalísticas – estas, feita por eles ou a respeito deles – e, também, com a publicidade editorial mercadológica dos livros que escreviam e publicavam ou os tinham publicados. E não é o único exemplo.

Ralph Delgado, a quem foi atribuído o segundo prêmio da segunda categoria<sup>25</sup>, no ano de 1947 (por *O reino de Benguela*), também tendo vencido a de 1948 (com *História de Angola*), assim escrevia na colorida edição especial de 31 de dezembro de 1945 de *A Província de Angola*, em comemoração às festas de fim de ano. Referia-se ao que chamou “desbarato, em Caconda, pelos pretos”, o relato feito por eles da passagem de integrantes das nobres e tradicionalíssimas famílias portuguesas de Távora e Cadaval pela região angolana da Caconda, que teriam sido expulsas do território continental pelo Marquês de Pombal, em fins do século XVIII:

E eis quanto consegui apurar, feitas várias pesquisas no arquivo colonial da Junqueira, em Lisboa, acerca de um passado distante, ligado à primeira sentinela sertaneja de reino de Benguela. É convicção minha que os factos decorreram pela forma enunciada, gerando uma lenda, de sabor romântico, é certo, mas fustigada pela verdade. A Távoras e Cadavais, em Caconda-Velha ou Caconda-Nova, não há referências nos documentos antigos da nossa primeira fonte de informações. Não estiveram cá. Outros os substituíram, deixando a vida nos presídios do interior de Benguela, ligando seus nomes a esses imortais redutos da resistência portuguesa, à sombra dos quais se ergueu uma obra colonizadora das mais importantes da Colômbia.<sup>26</sup>

<sup>23</sup> CAMACHO, *Diário de Lisboa*, p.1.

<sup>24</sup> CONTOS selvagens, 1934, publicidade.

<sup>25</sup> Não foi possível localizar a íntegra do regulamento do concurso desse ano, mas, em geral, as segundas categorias diziam respeito a relatos de viagens.

Ralph Delgado tinha prestígio suficiente para merecer um comentário no jornal a respeito de sua vida profissional, publicada num periódico de uma das colônias, no caso, a mesma Angola sobre a qual ele se debruçou em seus escritos. Eis o que já dele dizia a mesma *A Província de Angola*, em sua edição 16 de setembro de 1944:

Segue a bordo do “Serpa Pinto” para Lisboa, êste nosso querido amigo e brilhante camarada, antigo e dos mais distintos colaboradores de “A província de Angola”. Com muito prazer o abraçamos e lhe ficamos a desejar na Metrópole as maiores felicidades.<sup>27</sup>

Dois meses depois, em 15 de novembro de 1944, o mesmo jornal dedicava espaço a Luís Teixeira, outro vencedor do Concurso de Literatura Colonial da AGC (que viria a ser contemplado com o primeiro lugar da primeira categoria<sup>28</sup>, em 1950, com *Alvorada de Agosto*), elogiando-o numa nota intitulada “Luís Teixeira”:

O nosso presado camarada da Imprensa e distinto colaborador sr. Luís Teixeira, presidente do Sindicato dos Profissionais da Imprensa e vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, foi recentemente alvo duma categorizada homenagem, traduzida com louvor oficial pela sua acção patriótica:

A última Ordem do Exército, recebida em Luanda, publicou o seguinte:

“Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministério da Guerra, louvar o jornalista Luís Teixeira porque, dotado de grande espírito patriótico e de raro entusiasmo pelas virtudes militares e heróicas que deram ao Exército Português grandes dias de glória, têm posto a sua inteligência esclarecida e as suas brilhantes qualidades de escritor ao serviço do prestígio da Força Armada e das Instituições Militares, chamando para êles a atenção pública na Imprensa e em outros meios de publicidade e propaganda, exaltando os feitos dos mais devotos heróis da nossa epopeia colonial, muito contribuindo assim para a dignificação do Exército e para a sua valorização como elemento essencial da vida da Nação”.

Associamo-nos, com satisfação, a esta justa homenagem prestada ao nosso brilhante camarada. (Luís, 1944, p.4)

Não é sem razão que o jornalista tenha recebido o espaço de uma página inteira no suplemento especial publicado ao fim do ano de 1944, no qual publicou um texto sob o título “Lisboa”, da mesma forma que fizeram Castro Soromenho, Fausto Duarte e Gastão de Sousa Dias. Era dessa maneira que eles iam reforçando

<sup>26</sup> DELGADO, *A província de Angola*, p.38.

<sup>27</sup> RALPH, *A província de Angola*, p.4.

<sup>28</sup> Não foi possível localizar os termos do regulamento do concurso desse ano.

suas notoriedades perante o (escasso, porém influente) público letrado e leitor da capital Luanda, na então colônia de Angola.

Outro escritor, Gastão de Sousa Dias representa, também, um caso interessante no contexto colonial português do século XX, e merece ser estudado com atenção. Foi duas vezes agraciado pelas edições do Concurso de Literatura Colonial da AGC, tendo sido destacado pelo júri em 1945 (ganhou o segundo lugar da segunda categoria com *Como Serpa Pinto atravessou a África*) e em 1949 (com *Julgareis qual a mais excelente*, que levou o primeiro prêmio da primeira categoria<sup>29</sup>). Era outro frequentador da imprensa diária, e teve, por exemplo, um trecho de um livro seu, *A exploração do Cunene*, sobre os feitos do explorador Artur de Paiva (obra à época ainda no prelo), publicado no suplemento especial de *A Província de Angola*, que anualmente comemorava o aniversário do jornal e a restauração da província, que esteve sob poder holandês entre 1641 e 1648.

O texto narra as emoções de uma caçada que se alongou ao longo do curso do Rio Cunene, até a sua foz, com direito a estouro de manadas de elefantes, visões de grupos de antílopes, ataques de mosquitos, escorpiões, e, ainda, de “pretos que se faziam cinzentos” quando, em algumas situações, sentiam medo. Ou seja, uma típica representação da África colonial, escrita por um português para que outros portugueses a lessem<sup>30</sup>.

Como muitos de seus colegas, Dias não tinha uma única fonte de atividade: era militar, professor e escritor. E é o entrelaçamento dessas profissões que nos faz perceber a extensão da influência de personalidades como ele, no início do século XX português. Um anúncio da tradicional Livraria Rodrigues publicado no jornal lisboeta *O Século* de 28 de abril de 1944 avisa a respeito da disponibilidade de manuais escolares com dez pontos sugeridos, à venda para que os alunos pudessem se preparar para os exames dos liceus<sup>31</sup>. Entre as publicações, estava *Ciências naturais*, voltada para o segundo ciclo e escrita justamente pelo “Dr. Gastão de Sousa Dias”, ao preço de 7\$00. Ou seja, além de terem visibilidade pública por meio da imprensa da época, escrevendo nela ou dela recebendo notoriedade, al-

<sup>29</sup> Não foi possível localizar a íntegra dos regulamentos dos concursos desses anos.

<sup>30</sup> DIAS, *A província de Angola*, p.35.

<sup>31</sup> COLECÇÃO Rodrigues, 1944, publicidade.

guns autores que ganharam edições do Concurso de Literatura Colonial da AGC ajudavam a legitimar a ação colonial portuguesa pela via do sistema educacional. É o caso, ainda, de Julião Quintinha, pois, conforme afirma em artigo acadêmico de Mariana Lagarto Santos<sup>32</sup>.

Nos manuais consultados encontram-se os textos retirados do *Boletim Geral das Colônias*, da revista *O Mundo Português*, excertos de textos de Henrique Galvão, de Dutra Faria, das obras *De Angola à Contra-Costa*, de H. Capelo e R. Ivens, *África Misteriosa*, de Julião Quintinha, *Pedras que falam*, de Campos Júnior, e de resumos feitos por missionários ou de estudos e pareceres acerca dos territórios ultramarinos, redigidos por estudiosos, militares e viajantes.<sup>33</sup>

Julião Quintinha foi um dos mais frequentes vencedores dos concursos literários da AGC. Além de *África misteriosa*, a que foi atribuído o terceiro lugar em 1928, o autor ficou empatado na segunda categoria com Augusto Casimiro em 1929, concorrendo com *Oiro africano* (uma das três obras que receberão especial atenção, adiante); e venceu a primeira categoria de 1930 com *A derrocada do Império Vátua*, em co-autoria com Francisco Toscano. Quintinha tinha uma atuação social relevante, sendo figura frequente nas páginas dos jornais portugueses de sua época.

No dia 7 de dezembro de 1934, o *Diário de Lisboa* publicou uma longa entrevista de página inteira com o escritor, veiculada no suplemento literário que o jornal publicava semanalmente<sup>34</sup>. No texto de apresentação aos leitores, que serve de preâmbulo para as perguntas e respostas, fica evidente a reverência com que Quintinha é tratado pelo periódico. E é interessante notar, também, que embora o autor já tivesse, nessa época, sido premiado três vezes pela Agência Geral das Colônias, os livros com os quais ele recebeu os reconhecimentos estatais não são lembrados pelo jornal – o que pode ser visto como uma evidência, conforme aqui já se disse, de que esse mecanismo de afirmação do poder colonial português passava ao largo do interesse da imprensa da época, que se via obrigada a estampar, em suas primeiras páginas, na metrópole ou nas colônias, a informação de que o número fora visado pela comissão de censura.

<sup>32</sup> SANTOS, Mariana Lagarto. A formação da mentalidade colonial: Representações do Portugal Ultramarino em livros de leitura do Estado Novo”. In: *Revista de História das Ideias*.

<sup>33</sup> *Id. Ibid.* p.371.

<sup>34</sup> ENQUANTO, *Diário de Lisboa*, p.8.

Depõe hoje no nosso inquérito literário Julião Quintinha. Escritor e jornalista, Julião Quintinha assegurou há muito, com brilhantismo, seu nome nas letras portuguesas. Todos os seus livros são obras de sinceridade e de emoção. “Vizinhos do mar” e “Cavalgada de sonho”, obras do seu primeiro período, ressentem-se dum romantismo vibrante e arrebatado. São lindos quadros, de tintas suaves, quasi líricos, desse Algarve que é a sua província. Depois, com o dobrar dos anos, Julião Quintinha, cada vez mais vigoroso, precisou outros horizontes mais largos para o seu espírito.

Realizou, então, um grande cruzeiro jornalístico ao continente negro, de que ele foca, em reportagens que podemos considerar capitais, os grandes lances da epopeia humana – “Mouzinho” – e em páginas de descritivo intenso, empolgante, os quadros da natureza, em toda a sua exuberância tropical, comentados por figuras de singulares reacções. Mas Julião Quintinha, idealista impenitente, cuja obra está em contacto com todas as grandes aspirações sociais, tem ainda outras facetas. Como crítico, o seu volume “Imagens de actualidade” merece ser citado. (...) O seu depoimento de franco atirador, tem, entre outras, uma qualidade impressionante: é sincero, fremente duma veemência a que não estamos acostumados.<sup>35</sup>

Na entrevista, Julião Quintinha reclama que o escritor português da época não tem possibilidades financeiras de se manter somente a partir de sua produção artística, e que, por isso, se vê obrigado a encontrar outras fontes de renda – o que compromete a qualidade de sua produção. Fala a respeito do que considera desorganização da indústria editorial portuguesa, das elevadas taxas postais e das dificuldades de cobrança que impedem o desenvolvimento do mercado editorial da metrópole para as colônias “que tornam quase proibitivo o comércio livresco no Ultramar”<sup>36</sup>. O autor também fala da influência do nacionalismo: “Pensando assim, em meu modesto entender nunca deixei de estimar tudo que de belo e bom me oferece o espírito nacionalista, mas sem travar a curiosidade ante o magnífico panorama da literatura internacional”.<sup>37</sup>

Em seu artigo “Estado Novo, Império e ideologia imperial”, o historiador Fernando Rosas<sup>38</sup> afirma que esse mesmo pensamento nacionalista, expresso, como já exposto, por personalidades como Julião Quintinha, não pode ser estudado sem que as colônias portuguesas também sejam entendidas como importantes sustentáculos econômicos e sociais do governo português do início do século XX. Para Rosas, foram elas os suportes dos discursos legitimadores do ultramar como missão nacional. Em sua perspectiva, o colonialismo se constitui como vertente

<sup>35</sup> ENQUANTO, *Diário de Lisboa*, p.8.

<sup>36</sup> *Id. Ibid.*, p.8.

<sup>37</sup> *Id. Ibid.* p.8

<sup>38</sup> ROSAS, Fernando. “Estado Novo, Império e ideologia imperial”. In: *Revista de História das Ideias*. As próximas citações ao texto virão entre parênteses.

essencial de todos os discursos nacionalistas, não sendo diferente no caso português. Defender a permanência das colônias lusas significava, portanto, defender a independência nacional portuguesa, uma vez que, sem elas, a existência do Portugal continental deixaria de ser viável, face à constante pressão anexionista da Espanha.

Segundo Rosas, hoje parecem afastadas as hipóteses de que o colonialismo português se constituiu como um imperialismo de caráter não-econômico, como pura expressão político militar da ideologia “imperial” (que o autor grafa sempre com aspas), sem qualquer racionalidade econômica.

Ser contra o Estado Novo passa a ser atentar contra o “império” e a própria nacionalidade. Mas o que é mais significativo neste processo de identificação ideológica e propagandística dos destinos do “império” com os do próprio regime, é que política e ideologicamente o Estado Novo também fica preso ao destino das colônias. (p.30)

Nesse mesmo sentido está organizado o pensamento da pesquisadora Elisabeth Ceita Vera Cruz que, em seu artigo “Colonialismo e colonização: o caso português”<sup>39</sup>, relaciona a instituição da colonização portuguesa engendrada em diferentes partes do mundo com a necessidade de obtenção de mão-de-obra, fosse escrava ou, depois, contratada, não sem contar com a via da assimilação cultural e das categorizações do *Estatuto do Indigenato*. Em última instância, com o desenvolvimento econômico das atividades produtivas de Portugal em seus territórios ultramarinos. A colonização, tanto para a autora como para Rosas, constituía um dos pilares da nação portuguesa “porquanto Salazar fez dela um projecto nacional e nacionalista”<sup>40</sup>.

Num plano cotidiano, a saber, na mídia portuguesa de então, essa relação de amparo econômico que os portugueses da metrópole encontravam em suas colônias tinha respaldo, por exemplo, no artigo “Interessemos os portugueses no desenvolvimento do nosso império colonial”, publicado pelo capitão Salgueiro Rego na edição do *Diário de Lisboa* de 11 de junho de 1945. Não é, portanto, de se estranhar que, poucos meses antes do fim da Segunda Guerra Mundial, ele chamasse a atenção dos leitores para a necessidade de se “fazer interessar todos os bons portu-

<sup>39</sup> CRUZ, Elisabeth Ceita Vera. “Enquadramento teórico. Colonialismo e colonização: o caso português”. In: *O estatuto do indigenato – Angola – a legalização da discriminação na colonização portuguesa*.

<sup>40</sup> *Id. Ibid.*, p.36.

gueses pelo seu desenvolvimento, cultivando-se em alto grau o desejo patriótico de uma boa colonização”<sup>41</sup>.

Se uma grande parte dos portugueses ali pudesse ir, com a maior ou menor permanência, o amor à terra colonial, a admiração pelas suas grandes riquezas e naturais encantos de paisagem, bem diferente da que temos visto aqui, o desejo que nos fica de ver desenvolvidas todas essas riquezas que ali nos chamam, para lhes darmos o nosso esforço, fazendo sempre mais e melhor, e enfim o respeito que se impõe pela nossa soberania, era bem melhor sentida pela Nação e teríamos na Metrópole o ambiente de justificado e consciente entusiasmo por tudo aquilo que é nosso e nos dá razão de existência no meio das grandes nações civilizadas.<sup>42</sup>

Essa mensagem era destinada, principalmente aos jovens portugueses, aos quais também eram dirigidas as mensagens de propaganda da *Política de Espírito* desenvolvida por António Ferro, no período do Estado Novo. Eram eles que, entre outras tarefas, haveriam de corporificar o mito do novo colono, aquele que não partia para as colônias africanas em busca do ouro e da riqueza fácil, mas o que se via pronto a arar o chão e cultivá-lo, alargando o contingente populacional no ultramar e disseminando pelas colônias o que o governo entendia como a exata medida da portugalidade – se possível, com ajuda da literatura.

---

<sup>41</sup> REGO, *Diário de Lisboa*, p.3.

<sup>42</sup> REGO, *Diário de Lisboa*, p.3.